

Adelino Domingues

A Nobre Vila de Bouro Santa Maria



ADU
(12)

Município de Amares

Adelino Domingues

A Nobre Vila
de
Bouro Santa Maria



Município de Amares
2005



Autor:

Adelino Manuel Domingues

Título:

A Nobre Vila de Bouro Santa Maria

Edição:

Município de Amares

Impressão e Arranjo Gráfico:

Gráfica Vilaverdense, Artes Gráficas Lda.

Tiragem:

1000 exemplares

ISBN:

972-95115-9-4

Depósito Legal:

231061/05

Capa:

Fotografia de Bouro Santa Maria

Contracapa:

Estátua de D. Afonso Henriques

O AUTOR

Adelino Manuel Domingues, nasceu a 13 de Janeiro de 1947, no Lugar de Paradela de Frades, Santa Maria de Bouro. Ainda criança, já apascentava o gado nos Montes da Abadia.

Frequentou o Seminário, que era então o liceu dos menos abastados. Com a correspondência ao 7º ano, em Portugal apenas válido para fins de emprego, emigra para Paris. Como trabalhador emigrante, consegue em 1971 o “Diplôme Supérieur d’Etudes Françaises Modernes” da Alliance Française de Paris. Matricula-se seguidamente no Institut Catholique de Paris, onde completa o 1º ano de Estudos Sociais. Casa com Maria de Jesus de Brito Mendes. Nasce o primeiro rebento, a Stéphanie. Mais tarde virão a Sara e o Tiago.

Com o 25 de Abril regressa a Portugal. Faz o serviço militar. Apresenta-se ao exame de acesso ao Ensino Superior na Universidade do Porto, que lhe permitirá ingressar na Universidade do Minho. Obtém a Licenciatura em Ensino de Português e Francês. Lecciona nas Escolas Secundárias Sá de Miranda, D. Maria II, Arcos de Valdevez. Em 1984/85 é Presidente da Escola Secundária Alberto Sampaio, onde efectivava e prosseguirá a carreira profissional.

Como actividade política, exerceu o cargo de Presidente de Comissão de Moradores e Presidente da Assembleia de Freguesia em S. Mamede d’Este – Braga, e Vogal da Assembleia Municipal de Amares.

Como actividade social, presidiu à criação da Unidade de Socorro da Cruz Vermelha e sua instalação na Vila de Amares. Colaborou na transformação de Banda Filarmónica de Amares e no ressurgimento da Banda de Bouro Santa Maria. Como Secretário da Federação Regional de Bandas Filarmónicas do Minho, participou no surgimento da Confederação Musical Portuguesa, de que viria a ser Vice-Presidente. Assume a Presidência da Federação de Bandas do Minho.

Tendo frequentado o Curso de “Técnicas Jornalísticas” do Centro de Formação de Jornalistas do Porto, obtém o seu Diploma em 1990. Colabora com os jornais “Correio do Minho” e “Geresão”. Tendo apostado na homenagem ao P. Francisco de Almeida, publicou o livro “Contra a Corrente” no ano 2000.

À GUISA DE PREFÁCIO

As páginas que se seguem não são apresentadas com a intenção de serem lidas, mas mais para serem vistas. Embora durante muitos anos o autor se tenha envolvido em conhecimentos da história e das actualidades de Bouro, nunca foi um investigador, nem deseja vir a ser. Apenas jornalista divulgador. Bouro possui agora estudos maravilhosos de grandes mestres da História e da Cultura. É preciso respeitá-los e consultá-los. Foi isso que fizemos, é isso que faremos.

Só o amor à terra e os conhecimentos acumulados durante muitos anos de curiosidade da genealogia social desta terra permitiram a ousadia de fazer, que não propriamente escrever, esta obra em vinte dias. Foi violência aceite por respeito apenas a quem o merece. A vaidade não tem aqui lugar. A humildade reconhece que a Nobre Vila de Santa Maria de Bouro merece muito mais, e tê-lo-á. Não em vinte dias.

Viajar no espaço e no tempo de Bouro foi também galgar o país, viver Cister. Não basta ler, perguntar. Foi preciso viver e intuir em S. João de Tarouca, Salzedas, Ucanha, Alcobaça, Oseira. Aí sonha-se a vida laboriosa, mística e culta dos monges beneditinos e bernardos de outrora ou de hoje, tal como nos montes da Abadia se sonha guardando rebanhos.

O livro serve interesses turísticos, desperta para a história do engrandecimento, do aviltamento e da mesquinhez usurpadora e destruidora de tantos humanos.

Queremos que quem folhear esta publicação sinta o sangue a ferver e faça a meditação do sermão escutado de cima do Púlpito da Abadia e a meditação do tempo simbolizado no seu Relógio de Sol.

Amares, 1 de Agosto de 2005. Adelino Domingues

* * *

Interessa acima de tudo, neste momento, enfatizar a acção de todos quantos se envolveram e envolvem no engrandecimento desta terra, agora Vila, deixando-lhes o nosso mais sincero louvor.

A orgulhosa população de Bouro Santa Maria sempre revelou o maior empenho no que respeita ao desenvolvimento aqui consumado. Consciente das suas carências e ávida de progresso, soube manter, ao longo dos tempos, uma posição reivindicativa determinada e correcta, procurando canalizar para este território o investimento necessário à melhoria da sua qualidade de vida.

Bouro Santa Maria honra-nos com o seu rico passado e com o seu valioso património. É sem dúvida uma boa terra onde viver e investir. Será cada vez mais uma terra virada para o futuro.

Importa encarar o porvir, articulando o desenvolvimento com a história, potenciando a actividade turística e facultando à população as condições básicas que vão de encontro a um nível de vida com qualidade.

Esta nossa nova Vila é marcada pelo bom acolhimento. Estruturá-la para enfrentar desafios é um dever de todos.

José Barbosa, presidente da Câmara Municipal de Amares.

* * *

Passam por todos nós na vida momentos que não é fácil descrever. E mais difícil se torna ainda quando se pretende encontrar o ponto de equilíbrio entre a geração presente e as do passado que nos deram asas para sonhar com a elevação de Santa Maria de Bouro à categoria de Vila.

É neste estado de alma emocional que o Presidente da Assembleia da Vila de Santa Maria de Bouro se dirige a todos os amarenses e os saúda. Os presentes e os ausentes, na Europa e noutras partes do mundo, partilhando com eles a honrosa responsabilidade do agradecimento conjunto às gerações do passado.

Quando nos deixamos envolver pela História de Bouro Santa Maria, recheada de grandes acontecimentos que a sombra do tempo não apaga, muitos ainda por desvendar, ficamos perante o sentimento profundo que a História de Bouro é um grande volume da História de Portugal, que honra o Distrito, o Concelho e a nossa Vila.

Esta viagem ao passado mostra-nos que foi precisamente há 209 anos, a 20 de Agosto, que Santa Maria de Bouro se tornou Freguesia. Sentimos hoje connosco as gerações passadas a festejar esta elevação à categoria de Vila, sabendo que foram elas, geração a geração, século a século, a encher o celeiro da economia e da cultura. E foi esse o peso que fez pender a balança para a decisão tomada pela Assembleia da República.

O Santuário da Senhora da Abadia é um presépio na gruta da montanha, onde o arco-íris é a estrela que de forma costumeira, reflectido pelas águas que poliram rochedos e formaram lagoas, atrai para a vivência da paz, polidas as arestas das paixões.

Pesa sobre todos os bourenses a responsabilidade da passagem de testemunho dos grandes valores dos nossos antepassados para tornar esta Vila cada vez mais bela e apetecida, mesmo para acolher o Conselho de Ministros da Nação, como recentemente fez.

A gestão eficaz dos acontecimentos vai exigir mais investimento do Município principalmente no sector turístico, tendo em conta a situação geográfica. A criação de estruturas de base permitirá também o investimento privado e a confiança da população para ousar aumentar a produção com qualidade.

Abílio de Deus Machado, presidente da Assembleia de Freguesia e deputado da Assembleia Municipal.

ELEVAÇÃO DE BOURO SANTA MARIA À CATEGORIA DE VILA



**Lei nº 19/2005
De 28 de Janeiro
Elevação de Bouro de Santa Maria à categoria de vila**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, a lei seguinte:

Artigo único

A povoação de Bouro de Santa Maria, no município de Amares, é elevada à categoria de vila.

Aprovada em 9 de Dezembro de 2004.

O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*.

Promulgada em 7 de Janeiro de 2005.

Publique-se.

O Presidente da República, **JORGE SAMPAIO**

Referendada em 13 de Janeiro de 2005.

O Primeiro – Ministro, *Pedro Miguel de Santana Lopes*.

“A Assembleia Municipal (AM) de Amares aprovou, na sessão de anteontem à noite, por unanimidade e aclamação, um parecer sobre o Projecto de Lei nº 469 / IX, relativo à elevação de Bouro Santa Maria à categoria de vila, da iniciativa do PSD.

Esta decisão vai ser agora enviada à Assembleia da República (AR), faltando apenas a aprovação final na AR para que o processo, que começou há cerca de três anos, termine.

De acordo com o presidente da Assembleia de Freguesia (AF) de Bouro Santa Maria, Abílio de Deus Machado, esta aprovação deve acontecer até ao final da presente legislatura.

Segundo o presidente da AF de Bouro Santa Maria, o mesmo Projecto de Lei já mereceu parecer favorável da Assembleia de Freguesia da localidade, tendo sido aprovado por unanimidade e com uma salva de palmas, na sessão do dia 11.

No Projecto de Lei, subscrito por vários deputados do Grupo Parlamentar do PSD e datado de 23 de Junho, é referido que o Partido pensa “que se encontram reunidos os requisitos” necessários “para que a povoação de Bouro Santa Maria seja elevada à categoria de vila”.

Para fundamentar esta opinião são apresentadas informações alusivas ao enquadramento histórico, património histórico e religioso, cultos e festividades, enquadramento geográfico, enquadramento demográfico e equipamentos colectivos”.

Cláudia Pereira, em “O DIÁRIO DO MINHO” de 26 de Setembro de 2004



EM NOME DA HONRA DA AUTARQUIA DE SANTA MARIA DE BOURO

Em 28 de Outubro de 2001, Abílio Machado, Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Maria de Bouro e deputado independente eleito pelo PSD à Assembleia Municipal de Amares expôs perante esta os argumentos convincentes para que Bouro Santa Maria fosse elevado à categoria de Vila. “Tendo em conta os relevantes serviços que hoje presta ao concelho de Amares, ao Turismo e ao País, ordene-se a necessária organização do processo devidamente fundamentado, a submeter ao parecer da Assembleia da República, para que a Bouro Santa Maria seja concedido o Estatuto de Vila”.

A argumentação de Abílio Machado baseou-se em algumas ideias mestras: “Temos serviços médicos, farmácia, mercados, frutaria, padaria, cafés, uma instituição bancária, táxis, restaurantes e a hospitalidade das nossas gentes”. Argumentou ainda com o potencial histórico e turístico da localidade, testemunhados pelo Convento e o Santuário da Senhora da Abadia.

A proposta da elevação da Freguesia de Bouro Santa Maria à categoria de Vila foi aprovada na Assembleia de Freguesia de 11 de Setembro de 2004, sendo esta composta por Abílio de Deus Machado, Paulo Augusto da Silva Domingues, Manuel Antunes Pimenta, José Augusto Gomes Ferreira, António Pinto da Costa, José Maria da Cunha, Georgina da Conceição Marques Ribeiro, João Barros Queirós e Carlos Augusto da Silva Machado. Constituíam a Junta de Freguesia José Maria da Silva, Manuel Adelino Gouveia Fernandes e José Carlos Pinto Lopes. Abílio Machado informou a Assembleia que a missão da ligação ao Poder Central tinha sido confiada ao “Deputado Parlamentar Jorge Pereira que se deixou convencer pelos argumentos ao seu dispor e pelo parecer pessoal e favorável do Presidente da Assembleia Municipal de Amares, Sr. Dr. Alves Esteves”. Por decisão do Partido Social Democrata, a elevação de Bouro Santa Maria à categoria de Vila dava entrada na Assembleia da República como Projecto Lei nº 469/IX.

BOURO NA ROTA DOS SUEVOS

Os suevos eram povos germânicos que primitivamente estavam estabelecidos a Este do rio Elba, entre o Havel e o Spree. Deslocaram-se para o sul no século I antes de Cristo, tentando penetrar na Gália. Mas foram vencidos por César no ano 58 antes de Cristo e foram-se estabelecer entre o Reno e o Danúbio, na Alemanha meridional, denominada Suábia. Aquando das Grandes Invasões, juntam-se aos Alanos e Vândalos e penetram em Espanha em 409, apoderando-se da parte meridional da Galécia, em 411. Com a partida dos Vândalos para África, os Suevos ocupam também a parte setentrional. Criam então um estado com Braga por capital, agrupando as províncias da Galécia, Lusitânia, Bética e Cartaginense. Os Suevos eram pagãos, mas converteram-se ao cristianismo. Em 465 converteram-se ao arianismo, doutrina que negava a divindade de Cristo, porque criado no tempo, por oposição a Deus Pai. Regressaram ao catolicismo, graças à evangelização de S. Martinho de Dume, no reinado de Teodemiro (559-570). Em 561, reunia-se o 1º Concílio de Braga. Sucede que os Visigodos permaneciam fieis ao arianismo e não ficaram nada contentes com a conversão dos Suevos. Os Visigodos, comandados por Leovigildo, atacaram e venceram o rei Miro, em 576, obrigando-o a declarar-se seu vassalo. A Miro sucedeu Eborico. Mas Andeca, um nacionalista intransigente que casara com a viúva de Miro, revolta-se contra Eborico. Os Visigodos voltam a entrar em cena, derrotando os Suevos junto do Porto. Os Suevos são anexados e acabam por se confundir com os Visigodos.

Mas que é que isto tem a ver com Bouro? Tem tudo, porque os Búrios eram suevos. E veremos como Bouro foi um pólo importantíssimo, uma espécie de primeira capital do reino suevo. É preciso não esquecer que na Galiza, um pouco abaixo de Santiago de Compostela, existe uma povoação importante chamada Boiro. Os nossos avós das montanhas bourenses, conheciam a nossa terra como Boiro. Não se deve ainda esquecer que o falar deles estava muito perto da língua galega.

Em 14 de Abril de 1973, foi encontrada em Carrzedo de Bouro uma ara votiva dedicada aos Lares Búrios. Os Búrios vieram dos confins da Germânia de uma região situada entre o Oder e o Vístula. Seguiram as vias militares romanas e penetraram no nosso território principalmente pela Geira. No seu trabalho sobre toponímia irradiante da Estrada da Geira, Silva Cosme descobre lugares com nomes germânicos. Ressalvamos, pela sua evidência, o topónimo Brufe. Pouco a pouco, o território geresiano passa a ser ocupado pelo ramo búrigo dos suevos vindos do norte, que aí criam as suas próprias aldeias. Como se compreende,

à aridez da serra prefeririam os vales arborizados ao longo dos rios. O Vale do Cávado prestava-se a uma excelente zona de habitação e cultivo. Bouro era um lugar privilegiado por estar no sopé da Serra e apresentar no monte imediato locais de refúgio de difícil acesso por invasores estranhos. As duas margens do Cávado estavam já ligadas por uma ponte romana que facilitou a ocupação do território. Parada de Bouro não pode ser dissociada deste espaço importante ocupado pelos usurpadores do Império Romano.

São conhecidas muitas referências clássicas aos búrios. São-nos gratas as notas de Domingos da Silva em “OS BÚRIOS”, Terras de Bouro, 1988, de que citamos a reprodução da ara de Carrazedo de Bouro. Sabemos que era um povo rude, dado primitivamente ao culto de divindades pagãs. Tácito, historiador romano depois da metade do primeiro século da nossa era, evidencia neles o carácter de entreajuda na vida do campo e do pastoreio, bem como na defesa do território. Essas características trouxeram-nas para as bandas do Gerês. Os garranos foram as bestas de trabalho, transporte e de guerra por excelência dos búrios. Nas aldeias dos montes de Bouro não há éguas, há burras. Pelos maus caminhos de acesso da planície aos lugarejos das montanhas, as burras e os machos transportavam o vinho, o azeite e os cereais em odres feitos das peles da rês.

A ara votiva, aparecida em 1973 na freguesia de Carrazedo de Bouro, tem a inscrição seguinte:

LARIBVS
BVRICIS
VOTUM
SOLVIT
BLOIINA

Bloena cumpriu a sua promessa aos Lares Búrios



O CONCELHO DE SANTA MARTA DE BOURO

Seguindo de perto as notas da Corografia Portuguesa do P. António Carvalho da Costa, verificamos que o Concelho de Santa Marta de Bouro era já importante no tempo de D. Afonso Henriques, possuindo a categoria de Vila. Convém anotar que para os romanos a vila era uma propriedade rústica, ou casa de campo. Posteriormente, as vilas ou são rústicas com uma casa senhorial, rodeada de um conjunto de instalações agrícolas tais como lagares, celeiros, tulhas, adegas e estábulos, com moradias anexas destinadas a pessoal livre ou servos, ou são urbanas, ou vivendas de fêrias, com jardins e arruamentos, situadas não longe da vila rústica. Santa Marta de Bouro sofreu, na Idade Média, a evolução do rural para o urbano pela necessidade que as populações serranas tinham de transaccionar os seus produtos. O escoamento destes fazia-se mais facilmente seguindo as margens do Cávado.

Tendo a Corografia sido publicada em 1706, é relevante a expressão “montes da terra de Bouro” que cingem Santa Marta do oriente e do norte. Confirma-se a unidade geográfica com base na invasão sueva. Por esse tempo, havia por ali boa caça, gado, castanha e carvão. No rio havia salmões, relhos, trutas, bogas e escalhos. O povo elegia de três em três anos o Juiz ordinário. Mas ao julgamento presidiam o Corregedor de Viana, o D. Abade do Mosteiro de Bouro, Vereadores, o Procurador do Concelho e quatro Tabliães. O D. Abade era Capitão-mor do Concelho e nomeava mais dois capitães adjuntos. Esta proeminência militar do D. Abade deveu-se a um recontro havido com os Galegos que passaram a fronteira e foram vencidos pelos populares comandados pelo D. Abade de Bouro. Assim os Reis souberam reconhecer o feito. D. Afonso Henriques deu a Vila, a Igreja e o Couto ao Abade D. Nuno, no ano de 1148. Como se queimou o cartório do Convento, o rei reformou a doação a D. Paio, aí pelo ano de 1162. D. Afonso II confirmou a doação, mas D. Sancho II quis tirá-la, induzido por sua amiga ou mulher D. Mécia Lopes de Haro. Esta senhora era filha de D. Urraca Afonso e de Lopo Dias de Haro, senhor de Biscaia. Casou em segundas núpcias com D. Sancho II, depois de 1240. Este casamento trouxe enormes intrigas e complicações à corte, que levaram à deposição de D. Sancho, em favor do irmão, o conde de Bolonha. O arcebispo de Braga era D. João Egas, que teceu todas as intrigas e argumentos junto do Papa Inocêncio IV, que se encontrava em Leão de França, e de onde trouxe o juramento do futuro D. Afonso III para reinar em Portugal no lugar do irmão. D. Sancho morreu em Toledo, onde fora procurar reforços para segurar a Coroa, contra a excomunhão papal. E D. Mécia retirou-se para Castela e repousa no Mosteiro de Sta. Maria de Najera. Para não perder a posse do Couto, o Abade D. João com mil maravedis de ouro voltou a comprar

em Braga o que já era seu, obtendo título de venda a 3 de Junho de 1256. Mas D. Afonso III, irmão de D. Sancho, não considerou válido o contrato e mandou derrubar os marcos do Couto. A questão continuou até 1279, altura em que D. Dinis mandou levantar os padrões e restituir o Couto aos Frades.

A respeito de D. Mécia, permita-nos o leitor um reparo. Esta senhora envolveu estas terras em grandes apuros. Nas influências de D. Mécia, o Alcaide-mor da Póvoa de Lanhoso, comprometido pelo julgamento de fidelidade ao seu soberano D. Sancho II, negou-se a submeter o Castelo ao novo rei D. Afonso III. Por essa razão perdeu a cabeça. É que D. Afonso veio pelo país acima, juntou as tropas às do Arcebispo de Braga, tomaram o Castelo, e o Castelão foi decapitado em Braga, no Largo do Paço, perante o Rei e o Arcebispo de Braga, ainda D. João Egas. Duvido que o D. Abade de Bouro lá não estivesse e não tivesse tido influência no triste acontecimento. Já o leitor sabe que o D. Abade de Bouro tinha poder militar, sendo Capitão-mor do Couto. As Cantigas de Escárnio e Maldizer dão-nos ideia de como o povo se revoltou nas feiras e romarias contra a prepotência do Clero:

*“Meu senhor arcebispo, and’eu escomungado,
porque fiz lealdade, enganoum’i o pecado.
Soltade-m’ai, senhor,
e jurarei, mandado, que seja traedor”.*

DIEGO PEZELHO, jogar (CBN)

D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Braga e autor da História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga, com data de 1635, reproduzida por José Marques, não entra nestes pormenores, esquivando-se desta maneira: “Contar daqui por diante a fidelidade com que alguns fidalgos portugueses mantiveram a voz d’el-Rei D. Sancho, não querendo entregar ao Conde as fortalezas que dele haviam, não é do nosso argumento, estão cheios os livros, cheia a memória de todos os séculos”.

Já agora falemos de outra senhora. Fora ela D. Maria Paes da Ribeira, amiga de D. Sancho I, de quem teve vários filhos, e deu-lhe Parada de Bouro. A Ribeirinha era descendente dos Ozórios e tocava-lhe parte deste Padroado. Estará sepultada algures no Mosteiro, mas porque a igreja foi mudada, não se sabe onde estará.

Faziam parte do Couto as freguesias Santiago de Vilela, Santiago de Goães, S. Paio de Seramil, Santa Maria de Paredes Secas, Santa Isabel do Monte e uma parte da Freguesia de Valdozende.

A FREGUESIA DE SANTA MARIA DE BOURO

“João Cabral Soares d’Albergaria, Cónego Prebendado na S.ta Igr.^a Primacial, Vizitador das Igr.as da Vizita de Entre-Homem e Cávado, e Valle de Tamel, por nomeação de S. Ex.a Rev.ma e eleição de S.S.^a o Ill.mo Cabido da mesma Sancta Sé de Braga, Primaz das Hespanhas, etc..

Faço saber q. em virtude do contrato q. com promessa de Sua Ex.a Rev.ma, do Ill.mo e Rev.mo Cabido, e do Rev.mo P. D. Abbade deste Most.o de Bouro, celebrarão com o dito Mosteiro e Religiosos delle os moradores dos lugares de Paradella, Abadia, Lordello e Dornas, q. se desanexarão da Freguesia de S.ta Martha de Bouro aonde erão freguezes, e unirão a esta de S.ta Maria do Most.o de Bouro por escriptura publica Lavrada na notta do Tabellião José da Cunha, aos vinte dias do mez de Agosto do Anno Mil setecentos noventa e seis, vizitei pessoalmente esta nova e erecta e Parochial Igreja de Sancta Maria o Mosteyro de Bouro, aos dezanove dias do mez de Julho do Anno de mil setecentos noventa e sete annos, em presença do M. R.do Fr. José Huet, Prior Regular do dito Most.o e Vig.o della, clero e da mayor parte dos fregueses, fiz a procissão dos Defunctos, Vizitei o Sacrário do S.mo Sacramento, S.tos Óleos, Pia Baptismal, Ornamentos, e tudo o mais pertencente ao culto divino, em acto de vizita, e provendo no espirital, e temporal ordenei o seguinte:

O R.do Par.co cumpra em tudo, e faça cumprir os cap.os das Vizitas passadas q. não estiveram ainda revogadas nem por mim o forem na presente vizita, como também as Constituições Diocesanas, Pastorais e mais couzas determinadas por Sua Ex.a Rev.ma e já escriptas e capituladas na Vizita ordinária q. por parte do dicto Ex.mo e Rev.mo Snr. se fez nesta Igr.^a em o dia doys do mez de Junho próximo passado, do corrente anno de 1797.

Lea, publique e passe certidão na forma do estillo”.

Em “ Monografia do Concelho de Amares”, Domingos da Silva, 1959.

Pelos vistos, os moradores do Lugar de Paradela não se entendiam lá muito bem se deviam permanecer ligados a Santa Marta ou passar para Santa Maria. Será por essa razão que também eram conhecidos pelos do Lugar de S. Bento dos Assanhados? Por má sorte, fosse qual fosse a decisão final, não tinham caminho em condições, nem para um sítio nem para outro. Foram obrigados a fazer um caminho até ao ribeiro e lhe desviarem as águas. Quer isto dizer que tinham de fazer uma passagem a vau. Caso contrário, tinham de pagar uma pena de mil reis. Durante muitos anos passaram em Riabô.

Percebe-se pelo contexto geográfico que Paradela era uma povoação

de montanha e não de planície, vivendo da pastorícia, que só definiu com a chegada da floresta estatal. Possui mistérios que é preciso desvendar. Toda a sua configuração denuncia a organização germânica, esses bárbaros que não eram povos de guerra, mas gente à procura de melhores condições de vida.

Os moradores de Paradela, Abadia, Dornas e Lordelo queriam que se lhes emprestasse o Esquife da freguesia quando alguém morresse e se lhes tocasse o sino, comprometendo-se eles a pagar. A autorização foi dada, mas logo suspensa. Deixem-nos imaginar como seria o enterro...



O LUGAR DOS MORTOS E O LUGAR DOS VIVOS

“Na maior parte das igrejas cistercienses o “Lugar dos mortos” é do lado esquerdo da Igreja com saída da mesma pelo transepto respectivo, e o “Lugar dos vivos”, isto é, dos monges, do lado direito, aonde se encontram as celas, o refeitório, a sacristia, e a casa do capítulo.”

Em “O Mosteiro de Salzedas”, Armando F. Leitão, 1992.



A FONTE DO PORTOZINHO E O CRUZEIRO

Antigamente estavam juntos. Namorados que pela mão dessem três voltas ao Cruzeiro acabariam por casar na terra, sem precisarem de ir para longe.



OS COMENDATÁRIOS, NA IDADE MÉDIA

A comenda era um Benefício que se atribuía aos eclesiásticos e aos cavaleiros das ordens militares. Era uma igreja, terra ou povoação dada como recompensa de serviços prestados, de carácter social ou militar. Eram leigos, membros do clero secular ou de outra ordem religiosa os comendatários que recebiam da Santa Sé em comenda uma abadia. Embora a comenda temporária já seja conhecida na época de S. Gregório Magno, só se tornou perpétua e só foi admitida pelo direito canónico como instituída em favor do beneficiário, e não do mosteiro, a partir do século XIII. As comendas consistiam num direito de administração da localidade encomendada. Os Comendadores foram o grande flagelo das Ordens Monásticas.

Bronseval, Abade de Clairvaux, visitou o Mosteiro de Bouro de 16 a 19 de Janeiro de 1533 e tentou restaurar a observância, parece que com sucesso. Traduzindo do francês, vamos transcrever o seu texto reproduzido por D. Maur Cocheril, no *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Gulbenkian, Paris, 1978:

“Este mosteiro está construído sobre a vertente norte duma colina. Aproximando-nos da porta dos antigos muros arruinados, encontramos imediatamente um pequeno pátio com casinhas parecidas com pocilgas. Avançámos até uma escada de pedra de dezasseis degraus que precedem o portão da Igreja. Quando o transpusemos, achámos sete monges sem cogula... Não havia vasos sagrados. Havia na igreja três altares muito pobremente adornados. Não havia tão pouco cerca completa no mosteiro. Os frades habitavam nas casinhas do pátio, de que já falei... Não residiam nunca no belo e agradável dormitório e não frequentavam o claustro. Estavam misturados com os seculares dos dois sexos nestas miseráveis casinhas que eram verdadeiros chiqueiros dignos de porcos. Depois do Monsenhor ver tudo isto, exclamou muito espantado: “Verdadeiramente o Senhor não está nesta casa”. Do lado do oriente, por cima do mosteiro, tinha havido outrora um grande edifício que era a habitação do abade... O comendatário era um jovem chamado Carlos da Guarda... Por ordem do Monsenhor, comuniquei as prescrições ao licenciado, intendente do comendatário. Aprovou todas as que diziam respeito aos frades, mas censurou todas as que diziam respeito ao comendatário e declarou que era preciso retirá-las... Os frades foram muito humildemente submissos e obedientes para as suas camas para retomarem a vida em comum. Transportaram logo as camas deles e todos os utensílios que se achavam naquelas miseráveis casinhas particulares para os quartos do dormitório que eram decentes, regulares e bem ordenados”.

Os comendatários não admitiam muitos noviços para não terem grandes

despesas com grande número de frades.

Refira-se que as comendas só foram abolidas no Concílio de Trento, que teve o seu fim a 26 de Janeiro de 1564 com a publicação dos seus decretos por Pio IV.

Vejam só mais este pormenor referido por Armando F. Leitão acerca do Mosteiro Cisterciense de Salzedas: “Alguns privilégios foram abusivos e criaram ódios que esperavam o momento da vingança. Citaremos, por exemplo, o conseguido de D. Pedro I, para que o mosteiro pudesse tirar, para seu serviço, um filho a qualquer lavrador do couto, quando tivesse dois”. (Obra citada, p. 88).

TEMPLÁRIOS EM BOURO ?

“Iá na vida do Arcebispo D. Payo deixamos escrito como em seu tempo entraraõ neste Reyno os caualeiros Templarios, a quem elle dera o hospital de S. Marcos, e rendas de que pudessem viuer. Agora o Arcebispo D. Ioaõ lhe largou também a dizima, que se lhe pagaua nas feiras da cidade de Braga, e seus arredores, como consta do liuro dos Mestrados, q se guarda na torre do Tombo. Apontase ali o anno desta mercê, e diz a escritura foi no de 1145”.

(D. Rodrigo da Cunha, em História Ecclesiástica dos Arcebispos de Braga, cap. 14. Fac. sim. de José Marques, Braga 1989).



“Os Templários não foram só homens de Espada, foram também homens de Charrua. Desbravavam matagais, dedicaram-se grandemente à pecuária e também à plantação de oliveis e montados de azinheira e sobreiros, especialmente no território que constitui o actual terreno do importante e radioso Concelho de Idanha a Velha, ela própria fundada por D. Gualdim Pais, onde o sol aquece e a paisagem enternece”.

(Dr. M. L. Pereira Neves, em As Aldeias Históricas de Monsanto, Idanha-a-Velha e Castelo-Novo, Lisboa 1996).



O COUTO CISTERCIENSE DE BOURO

“In nomine patris et filii et spiritus sancti amen ego alphonsus rex portugalensium concedimus itaque vobis ipsum cautum sicut incipit a flumine cadavo, deinde vadit per trandeiras et inde per refoiolos et inde per illam petram de lodeiros et inde per leigoa et inde per petram redondam que state super sanctum bartolomeum et inde per spicam ipsius montis et descendit ad ipsum portum de bauza de maria et inde per illum cavalionem et inde per fornmaum et inde per arnadelum et inde per ipsam stratam et inde per petrosam et inde per ubi vocatur capelum de frade et inde per ipsam portelam damenedelum et inde per castrum malum et inde per aural deguas et inde per antelinam et inde per escuriscadas et inde per forinigerium et inde per molam de burio et inde per varzenelam et inde per pradozelos et inde portelam de paradela et inde per taurum de loureiro et inde per spicam montis usque ad flumen cadavi, et inde vadit per mediam venam fluminis usque inde primam fecimus incoationem”
 In Domingos M. Da Silva, MONOGRAFIA DO CONCELHO DE AMARES, tomo II.

Segundo o P. António Carvalho da Costa, D. Afonso Henriques, vindo ao Mosteiro existente no Monte da Abadia, fez Couto e deu-lhe a Vila e a Igreja de Santa Marta de Bouro, no ano de 1148. Em 1158, deu-lhe os dízimos do sal da Vila de Fão, que naquele tempo se fazia nas Marinhas daquelas terras. Pelos vistos, mais abaixo meia légua, já existiria um Convento com frades de S. Bernardo. O rei terá incitado os eremitas, Paio Amado e D. Nuno a se mudarem para o Convento de Bouro. E, segundo a Benedictina Lusitana, de frei Leão de Santo Tomás, em 1139, D. Paio Amado, homem de santa vida, com os outros eremitas e monges de Alcobaça integraram-se no Convento de Bouro. Foi então que o primeiro monarca confirmou o Couto ao Mosteiro de Cister.

Em Outubro de 1174, o rei fez doação ao Abade D. João de um reguengo em Goães e de metade de outro em Santa Marta. D. Sancho I deu ao mosteiro mais sete freguesias na Vacariça, em Trás-os-Montes: Santa Comba, Bemlhevai, Trindade, Vilarelhos, Santa Justa, Oucisia e outra, onde o D. Abade apresentava os respectivos párocos.

O texto do foral é do reinado de D. Manuel, mas funcionando como transcrição da primitiva doação de D. Afonso Henriques.

Num texto de Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones, citado pelo Cónego Arlindo Ribeiro da Cunha, no livro “Senhora da Abadia”, de que, aliás, retiramos a fotografia do único padrão demarcador do Couto, na querela do Mosteiro com D. Afonso II, em 1258, os frades afirmam “que este devandito Monasterio é Couto por padroes, e que coutou el Rey don Afonso Iº, et teen carta

per hu é coutado, et que non fazem ende nen uno foro al Rey”.

Perto da Igreja de Goães, está um cruzeiro com as armas heráldicas da Ordem cisterciense portuguesa, mandado gravar por um abade de Bouro para indicar os limites da jurisdição do seu convento. O cruzeiro veio para ali do extremo da freguesia de Goães com a de Dornelas. "AQUY SE COMECA O COVTO DO MOSTEYRO DE SANTA MARIA DE BOVRO HO QUAL DOTOV DÕ AFÕNSO ANRIQUES I REI DE PORTVGVAL". De facto, D. Manuel I, por diploma de 20 de Outubro de 1514, concedeu foral novo ao Couto do Mosteiro de Bouro, com seis paróquias.

O D. Abade de Bouro era o Capitão-Mor do Couto. Quando era preciso, comandava os seus homens contra o inimigo. Com 600 homens armados, desbaratou um exército castelhano de 2000 homens, nas proximidades da Portela do Homem. Isto foi em 1834. Por esta proeza, Nuno Álvares Pereira, em nome de D. João I, conferiu-lhe tal dignidade e acrescentou-lhe a de Monteiro-Mor com o privilégio de trazer pagem de armas, de recrutar soldados e dizer missa só com cogula em tempo de campanha. Diz-se que D. Afonso Henriques, antes de qualquer batalha, ia sempre com seus homens rezar à Senhora da Abadia.



AQVI SE COMECA O COVTO
DO MOSTEYRO DE SANTA
MARIA DE BOVRO HO QVAL
DOTOV DÕ AFÕNSO ANRIQUES I
REI DE PORTVGVAL



A RIBEIRINHA

“Sam Julião de Parada de Bouro, Abbadia dos Condes de Unhaõ, de que por Bullas Apostólicas comem o quinto dos dízimos, tem cincoenta visinhos. No rio Cavado, aonde confina com Santa Marta de Bouro, tem ruínas de uma ponte de três arcos, cousa admirável, que dizem ser obra dos Romanos. Esta Freguesia he Couto, e o deu ElRey D. Sancho o Primeiro a Dona Maria Paes Ribeira, e aos filhos que della tinha: hum dos quaes era D. Constança Sanches, que deu o seu quinhão à sua pupilla, e sobrinha a Infanta Dona Sancha, que morreo em Sevilha, filha delRey D. Affonso o Terceiro. Por casamento entrou nos Menezes, fundadores do Convento de Villa do Conde, e por esta causa este Couto, e o de Pousadella foram algum tempo das Freyras, do qual são senhores os Condes de Unhão, por descenderem de D. Brites de Menezes, filha de D. Martinho de Menezes, senhor de Cantanhede, que foy segunda mulher de Ayres Gomes da Sylva, Regedor da Justiça, e Alcayde Mor de Montemor o Velho”

Em “Corografia Portugueza” P. Carvalho da Costa, 1706, tomo I.

BRAVURA DE QUEM QUEIMOU O FRADE E OS OUTROS

A história tem lições para a posteridade que são verdadeiros barretes difíceis de enfiar por gerações futuras. Porque se mudam os tempos e as vontades. O Nobiliário do Conde D. Pedro diz que D. Rodrigo Gonçalves Pereira, casado com D. Inês Sanches, sabendo, por casualidade, através de um pagem fiel, dos amores não tão secretos do frade de Bouro com a esposa, deu um grande festim. Talvez quando o melhor vinho verde de Lanhoso já trepara aos cumos, depois de mandar trancar as portas do castelo, ordenou que lhe lançassem o fogo, perecendo não só o amante e a esposa mas também as “donas e donzelas da castelã, homens de armas, pagens, novos e velhos servidores ou escravos, e até os inocentes animais que faziam parte do haver doméstico”, segundo a citação de F. Ribeiro, na Enciclopédia Verbo. Isto foi no século XIII.

Ora sucede que este D. Rodrigo Gonçalves Pereira foi o 4º avô de Nuno Álvares Pereira. Ouçamos então Oliveira Martins, em “A Vida de Nun’Álvares”:

“Tal era o sangue que girava nas veias do pai de Nuno Álvares. E esse sangue ardente vinha em ebulição desde D. Rodrigo Gonçalves de Pereira, por via do avô do arcebispo, Pêro Rodrigues, o que casou com Estevaninha Ermígia da Teixeira, e matou na lide seu primo Pedro Poiares. A história deste avô contava-se na família como exemplar do génio cruelmente justiceiro. Não faltavam, na família, sementes de força bravia na ascendência de Nuno Álvares, que vinha ao mundo temperado por três gerações de tal gente. O pai nascera quando D. Gonçalo ainda não era deão, nem até clérigo; foi nos estudos, em Salamanca, que o futuro Arcebispo de Braga *filhou* Tareja Pires Vilarinho, e o fez nela”.

Resumindo e concluindo, Nuno Álvares Pereira era um dos 32 filhos de frei Álvaro Gonçalves Pereira, prior na Flor da Rosa, neto do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira. Bravíssimo porque lhe corria nas veias o tal sangue da vingança que consumiu “por completo os sacrílegos e a desonra”. Os sacrílegos foram o frade e a Inês. A desonra foi a incidência anímica dos dedos sarcásticos dos cortesãos apontados a D. Rodrigo.

Para ajuizar da veracidade dos factos contados por D. Pedro, 3º Conde de Barcelos, importa informar que o mesmo repousa no Mosteiro de Tarouca, assim como um descendente dos Pereiras de Lanhoso. “Segundo o *Livro de Linhagens* e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, obras de vulto, parece-nos possível colocar a hipótese da participação de monges do *scriptorium* na redacção destes textos”. (Carla Varela Fernandes, em “Em Louvor do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca”, José Ribeiro Dias, Edições Fluir, Vila Verde 2001).

“Sobranceando a Póvoa, negrejava o castelo de Lanhoso, erecto em rocha, recortado de ameias, lardeado de bastiões, golpeado de seteiras, ali perpetuado, rebatendo as injúrias de nove séculos, imagem, símbolo da raça forte que, ao passar por lá, empedrou um dos seus gigantes, como vigia eterna das gerações que se desforçam a camartelo da sua vergonhosa afeminação. Ali o primeiro Afonso

*...a mãe, que tão pouco o parecia
...em ferros ásperos atava (1).*

Lá foi que D. Rodrigo Gonçalves Pereira de Berredo, esposo atraído por um frade de Bouro, pegou o fogo pelos quatro ângulos, assando a esposa, o frade, os criados, as bestas, tudo, criminosos e inocentes, desde a adúltera até ao frade, o frade talvez inocentíssimo, embora o genealógico D. Pedro, conde de Barcelos, mentiroso como todos os linhagistas, referindo o caso, duvide da inocência do monge.”

Camilo Castelo Branco, O DEMÓNIO DO OURO, romance original, 1º volume.



(1) Camões, *Lusíadas*, Cant. III, est. XXXI e XXXIII.

AS ESTÁTUAS

“Na fachada vêem-se cinco estátuas que são da esquerda para a direita o Conde *D. Henrique*, designado como ALFONSUS em vez de HENRICUS; *D. Afonso Henriques*, que está indicado como fundador do mosteiro por erro dos cronistas; *D. Sebastião*, que suprimiu os comendatários; *Cardeal D. Henrique*, fundador da congregação autónoma e *D. João IV*, restaurador da monarquia portuguesa.

No alto da escada de aparato a inscrição:

MAGNA ERIT GLORIA DOMVS ISTIVS NOVISSIMAE PLVS QUAM PRIMA. AGGEVS PROP (...) TAE A CAP 20. E a data 1644, o que significa: “Grande será a glória desta nova casa, mais que da primeira. Ageas Profeta, capítulo 2º (citação da Vulgata, cap. 2, vers. 10) e que indica que a construção foi terminada em 1644”.

José João Rigaud de Sousa, em “Mosteiros do Concelho de Amares”, citando Cocheril.



A VIDA CONVENTUAL

Vamos agora entrar no Convento para vermos como vivem os frades. Em 1593, durante as obras do Mosteiro, entre conversos, noviços e professores, habitavam ali 14 religiosos. Em 1692, eram 34. Antes de 1762 contaram-se 36. Depois daquela data eram 32. Até que, em 1822, o número apurado foi de 25.

O nosso olhar estende-se sobre o dia a dia organizado após a Reforma decretada pelo Concílio de Trento, cujas decisões foram publicadas em 26 de Janeiro de 1574 pelo Papa Pio V, com a Bula *Benedictus Deus*.

A congregação era monástica e contemplativa. Tinha como principal função a oração, realizada sobretudo através do canto do ofício divino praticado principalmente nas matinas, laudes e vésperas. Havia ainda a leitura, o trabalho manual, reservado sobretudo aos conversos, e também agora o ensino. Era preciso cumprir escrupulosamente a Regra de S. Bento. Os monges tinham de permanecer no convento, não podendo sair sem autorização expressa do superior, mesmo os que frequentassem estudos. O contacto com o exterior era esporádico e normalmente só feito pelo Abade, o Padre Procurador, o Celareiro ou o Mestre de Obras. Podiam ser mudados para outros mosteiros, para garantirem a estabilidade. As eleições para os vários cargos eram feitas por voto secreto. E para que não houvesse aligeiramento dos costumes, havia inspecções regulares feitas pelos Visitadores mandatados pelo Capítulo Geral da Ordem.

Para poder professar, exigia-se ao noviço o juramento de três votos fundamentais: Obediência a Deus e aos homens, feita sem tardança, sem murmuração, sem tibieza, sem palavras de recusa; Castidade vivida com Cristo, livre de todo o pecado e de todo o pensamento e tentação carnis; Pobreza, não podendo o monge possuir nada de seu, partilhando tudo.

O noviciado durava sensivelmente um ano. Os noviços estavam dependentes do Padre Mestre. Todos os dias tinham aulas de Latim e Gramática. Se no final do ano reprovassem, eram convidados a abandonar a Ordem ou passarem à situação de conversos – indivíduos sem ordens nem votos, apenas trabalhadores do convento. Aprendiam também a rezar e entoar o cantochão, ou canto gregoriano, a regra conventual, os preceitos cristãos e a prática da virtude.

Depois de quatro anos de profissão, se tivessem menos de trinta anos, não tivessem raça de cristão novo até ao quarto grau, dominassem o latim, tivessem bom comportamento e não fossem muito feios, por causa da boa presença em púlpito, podiam ser examinados e escolhidos para irem frequentar, durante três anos, Artes e Filosofia no Mosteiro de Seiça, lá para os lados da Figueira da Foz. Se ficassem aprovados no exame final, podiam ir para Alcobaça estudar dois anos de Teologia. É claro que os monges também se podiam dedicar à arte da Retórica,

à Geometria, à Física, à Astronomia... Note-se que Seiça também ministrou Teologia e que o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, em Alcobaça, ensinou Filosofia.

O Ensino Superior era ensinado na Universidade e no Colégio do Espírito Santo, instalado em Coimbra em 1541 e subsidiado pelo Cardeal D. Henrique. Visava acesso à Universidade. Tinha como objectivo preparar uma elite intelectual. De 1708 a 1711, é Abade de Bouro Frei Henrique de Cerveira, que virá a ter o grau de Doutor em 1726. Mas também Frei Manuel Soares, que fora aqui Abade de 1738 a 1741, foi doutorado em Sagrada Teologia pela Universidade de Coimbra em 1744.

A partir de 1690, todos os mosteiros são obrigados a ter livraria, gerida por um bibliotecário. Os livros para a instrução dos monges deviam ser comprados com dinheiro retirado das Arcas dos Subsídios ou das Bolsarias.

A disciplina era muito importante na vida conventual. As transgressões podiam ser consideradas graves ou leves. Eram graves aquelas que assumiam o carácter de pecado mortal ou indisciplina latente. As penas eram variáveis, ficando ao critério do prelado, mas normalmente constavam de expulsão, excomunhão, prisão por tempo variável, regresso à situação de noviço. Mas também eram consideradas graves as fugas do mosteiro, agressões a companheiros ou desobediência ao prelado. O religioso, como pena destas faltas, tinha de beijar os pés a todos os companheiros, nunca tiraria o capelo da cabeça, comeria só e, no coro, também estaria afastado dos outros. No fim das horas do coro, tinha de se ajoelhar à saída esperando que todos passassem. Vejamos algumas transgressões e respectivas penas a aplicar. Quem influenciasse ou solicitasse votos para obtenção de determinados cargos era privado de voz activa e passiva, demitido de cargos, privilégios e graus, apanhando também seis meses de cárcere. Quem não se confessasse e comungasse ficava a pão e água à Sexta feira. Quem usasse e abusasse do exercício de caça com armas e cães incorria na pena de excomunhão e não poderia ocupar cargos por seis anos. O contacto com mulheres nas quintas da Ordem era punido com a excomunhão. O trato ilícito de monges com freiras incorria na pena de expulsão. Revelar ou difamar um membro da religião a um estranho por palavras ou cartas dava prisão por seis meses e disciplina todas as Quartas e Sextas feiras a pão e água. A participação em festas profanas como teatros ou touradas incorria na pena de reclusão um mês na cela, com disciplina todas as Sextas feiras e o último lugar no refeitório.

As culpas leves eram as que não tinham o carácter de pecado mortal. O monge castigado devia andar apartado dos outros; no coro, estar no lugar dele, mas ligeiramente inclinado e não leria qualquer salmo ou antifona; no refeitório, comeria isoladamente; sendo sacerdote, podia ser proibido de dizer missa. Não

fique por dizer que as refeições eram todas feitas em silêncio, enquanto o leitor do dia proclamava em voz alta sentenças religiosas e morais de autores consagrados, tais como as Meditações do Padre Bernardes.

Uma carta de D. Maria I mandava que os mosteiros pudessem dar aos frades um mês de licença seguida ou alternada. Isto compensava minimamente a clausura a que os religiosos eram obrigados.



A SACRISTIA

“La sacristie de Bouro, véritable joyeux, est parvenue miraculeusement intacte jusqu’à nous, conservant son ameublement et sa décoration. Il suffirait de la nettoyer et de la débarrasser de ce qui l’encombre pour la rendre à son état primitif. Les meubles garnis de belles appliques de bronze qui décorent la face antérieure des tiroirs sont placés devant des azulejos historiés consacrés à divers épisodes de la vie et de la légende de saint Bernard. La pièce, plus longue que large, est divisée en deux par un pilier supportant deux arcs en plein cintre engagés dans les murs. Le plafond est orné, de chaque côté de cette séparation, de 15 caissons disposés en trois rangées, soit trente au total. Ces caissons sont délimités par de grosses moulures très travaillées ayant une épaisseur de 12 à 15 centimètres environ et autant de profondeur. Elles sont entièrement dorées. Ces caissons carrés sont ornés de motifs symboliques. Le sujet peint au centre est accompagné d’une légende latine. Il est placé dans un cartouche orné d’angelots qui tiennent les volutes et les rinceaux de branchages qui complètent la décoration. La peinture a conservé toute sa fraîcheur. Voici quelques-uns des sujets qui permettront de juger de l’ensemble :

- Une maisonnette. Légende : « Ego dormio et cor meus vigilat » (Je dors et mon cœur veille) ;
- Un enfant, la poitrine percée : « Bibit et vivit » (Il boit et il vit) ;
- Un paysage et un oiseau : « Reficit et delectat » (Il reconforte et il plaît) ;
- Un lion : « Ex forte dulcedo » (La douceur provient de ce qui est fort) ;
- Une fontaine : « Fons sapientiae » (Fontaine de la science) ;
- Une colonne : « Fidei coluna (*sic*) » (Colonne de la foi) ;
- Une colombe : « Candore notabilis » (Remarable par sa candeur) ».

« Miracle du carrosse. Saint Bernard ordonne au démon qui vient de briser une roue pour l’empêcher de se rendre au concile de Pise de la remplacer avec son corps ». (*ver página seguinte*)

Dom Maur Cocheril – Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal, Gulbenkian, Paris, 1978.



OS CONVERSOS NA ECONOMIA DOS MOSTEIROS

“São um dos principais factores do êxito cisterciense. A definição mais ajustada ao termo *conversi* é a de homens que, sem serem clérigos, convivem com os monges como religiosos, também com votos de pobreza, castidade e obediência.

São gente humilde do povo comum, que, ao entrar na Ordem, resolvia os seus problemas de sobrevivência material. Atribuem-se estas palavras a S. Bernardo ao dirigir-se a um converso: ... *tu não tinhas meias nem sapatos e andavas meio nu; a fome e o frio torturavam-te tanto que te refugiaste a nosso lado e os teus pedidos te abriram a porta da abadia. Nós te recebemos por amor a Deus e desde então tens sido tratado no que respeita ao alimento, vestuário e tudo o mais de forma igual aos sábios e à alta nobreza que vive entre nós...* A sua missão é unicamente trabalhar, libertar os monges do trabalho manual fora da clausura, facilitando-lhes assim viver mais votados para o claustro.

Os conversos vivem dentro do próprio mosteiro, mas num espaço diferenciado, a *domus conversorum*, composta de dormitório, refeitório e calefatório, separada fisicamente dos espaços de uso exclusivo dos monges. Também podiam viver fora do recinto monástico, em granjas onde se desenvolvia o seu labor diário”. (José Ignacio de la Torre Martínez (1999), em “Em louvor do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca”, José Ribeiro Dias, Edições Fluir, Vila Verde 2001).



LAGARES DE AZEITE

“Ligados à cultura oleícola estão os **lagares** que transformam a azeitona em azeite. O mosteiro possuía em 1702 pelo menos 5 desses meios de transformação, 3 dentro do couto e dois fora. Os do couto estavam estrategicamente colocados nas freguesias onde existiam oliveiras. Provavelmente 4 eram de exploração directa, exercendo o mosteiro um verdadeiro monopólio. Com efeito, a construção de lagares na zona coutada era proibida, procurando o mosteiro defender ciosamente o seu privilégio. A menor tentativa era objecto de intimação visando o seu desmantelamento”.

Em “O Senhorio Cisterciense de Santa Maria de Bouro: património, propriedade, exploração e produção agrícola (1570–1834)” Salvador Magalhães Mota (inédito).



A CASA DA RENDA

No Lugar da Obra existe ainda a “Casa da Renda”. As armas reais foram há não muitos anos vendidas para uma Casa de Velharias.



MOINHOS E AZENHAS

“Um dos bens que teve maior crescimento foram **os moinhos e as azenhas**, como que a corresponder ao aumento do número de casais. Entre 1570 e 1702, o número de moinhos passou de 19 para 81, constituindo um acresceto de 326%. As azenhas evoluíram de 1 para 6, havendo um aumento de 500%”.

Em “O Senhorio Cisterciense de Santa Maria de Bouro: património, propriedade, exploração e produção agrícola” – Salvador Magalhães Mota (inédito).



O DEMÓNIO DO OURO

Corria o ano de 1781 quando Manuel Vieira voltou a Portugal a rogos de fr. Bento das Dores da Virgem, que o chamava para se despedir.

Agora, sim, temos chegado com Manuel Vieira e João Veríssimo à portaria do mosteiro de Bouro. Anunciam-se ao irmão porteiro, e logo desce o abade a recebê-los e conduzi-los à cela em que está entrevecido fr. Bento das Dores da Virgem.

O monge septuagenário abre os olhos já desvidrados da refração luminosa da vida exterior, fita-os na compostura palaciana do filho, e sorri com tristeza.

Manuel e João Veríssimo pernoitaram na hospedaria dos visitantes, contígua ao mosteiro.

Ao outro dia foram despertados para assistirem nos últimos momentos do monge.

Camilo Castelo Branco – O DEMÓNIO DO OURO, romance original, 1º volume.



O PROCESSO DE EXTINÇÃO

“Os monges de Bouro, pelo menos os que ocupavam lugares mais importantes, colocaram-se ao lado das forças absolutistas e conservadoras de D. Miguel. Portanto, quando a sorte das armas começou a pender para o lado oposto, muitos religiosos com responsabilidades acabaram por abandonar os conventos com medo de represálias.

Foi o que aconteceu no nosso convento nos inícios de 1834. Logo que as tropas da rainha entraram na província do Minho, os Reverendos Padres Fr. José de Figueiredo (Abade), Fr. António Correia (Prior), Fr. Francisco de Andrade (Tulheiro), Fr. Joaquim Cardoso (Celareiro) e ainda Fr. António da Conceição e Fr. António Cardoso iniciam uma fuga espectacular “levando consigo e retendo em seu poder todos os dinheiros e rendimentos apurados, alfaias e milhores utensílios do mesmo, tendose taes religiosos por semelhante facto tornado não só como suspeitos ao legítimo governo de S. M. Fidelíssima mas rebeldes à Nação, agravado ainda este delicto pela conhecida e sabida desafeição ao governo de S. M. nas diferentes épocas da instalação da Carta Constitucional”

Na retirada, os monges utilizaram o serviço de 1 ou mais almocreves devido aos contactos do Padre Celareiro que terão conduzido em 4 mulas, 2 bolsas, 2 malas e 6 baús recorrendo a caminhos ínvios. A carga, ou parte dela, foi aprisionada junto à capela dos *pousadouros*, perto da Vila de Ruivães, Concelho de Vieira do Minho, avisando-se para o efeito o Juiz Ordinário do Concelho e o próprio Governador Militar do Distrito”. (Salvador Magalhães Mota, ob. cit.).

O espólio apreendido era constituído por dinheiro, roupas, hábitos, panos de linho, livros, 64 objectos de prata, um relógio de mesa, malas, etc., tendo sido arrematados por várias pessoas por preço muito abaixo do seu valor.

A comunidade ficou reduzida a 13 religiosos que foram obrigados pelo Dr. António José Ferreira da Rocha, Ministro Subdelegado da Perfeitura do Minho, a 8 de Abril de 1834, a elegerem novos responsáveis do Mosteiro. Ficou D. Abade Fr. Manuel de Azevedo, Prior Fr. Baltazar Vieira, Celareiro Fr. Manuel de Albuquerque, Tulheiro Fr. José da Purificação e Procurador Frei António de Santa Ritta, tidos como mais moderados e tolerantes para com o Novo Regime. Pouco durou a nova ordem interna, posto que a 28 de Maio de 1834 é publicado o decreto da extinção de todos os conventos, colégios, hospícios de religiosos de todas as ordens regulares em Portugal, Ilhas Adjacentes e domínios ultramarinos. Os monges tinham 60 dias para abandonar os edificios bem como os seus trajés.

O ÓRGÃO DO MOSTEIRO DE BOURO

“1853 – Quadro que contém diferentes apontamentos curiosos para o uso de quem os fez. Cópia da Portaria da S. M. e officio do Governo Civil, acerca da tirada do Órgão do Mosteiro de Bouro; cópia da representação feita pelos habitantes da freguesia:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a para o seu devido efeito, em nome e como Presidente da Mesa administradora do Real Santuário do Bom Jesus do Monte subúrbios desta cidade, que em nove de Novembro de mil oitocentos quarenta e seis, por Portaria do Governo de Sua Magestade a Rainha ao Ex.^{mo} Governador Civil do Distrito, para que consultado o Presidente da Mesa do dito Real Santuário, qual dos Órgãos dos extintos Conventos julgasse mais próprio para ser colocado no Templo da Capela Real do Sanctuário; e recebendo o Presidente esta ordem do Governo Civil escolheu a Mesa o Órgão, preferindo o do extinto Mosteiro de Santa Maria de Bouro, sito no Convento de Bouro. Manda mais a referida Portaria que o Excellentíssimo Governador Civil faça executar estas Regias Ordens de modo que impreterivelmente fique allí colocado o Órgão que a sobredita Mesa escolher; o que tudo se há-de achar arquivado na Secretaria deste Governo Civil. Tem havido Ex.^{mo} Senhor demora para a execução destas Regias Ordens, o serem precisas para a transferência, colocação e conserto do dito Órgão, que se acha roubado na maior parte da sua fábrica, talvez exceda a quantia de 800\$00 reis a um conto, e não tendo a Mesa a quantia mencionada espera ocasião oportuna.

A providência depara um devoto que pôs à disposição desta Mesa a sobredita quantia, mas só applicada para aquele fim. Este Órgão pois pela escolha que a Mesa já fez fica pertencendo a este Real Sanctuário. Recorre pois esta Mesa a V. Ex.^a para transmitir terminantes ordens às auctoridades locais, para que fiquem responsáveis pela execução da Regia Ordem, munidos quando seja necessário de força que contenha qualquer desordem que se oponha à execução. Deos Guarde a V. Ex.^a dilatados annos. Braga vinte e sete de Setembro de mil oitocentos cincoenta e três. Il.^{mo} e Ex.^{mo} Conselheiro Governador Civil do Distrito de Braga – Joaquim da Motta Cardoso – Presidente do Real Santuário do Bom Jesus do Monte – Está conforme – Secretário do Governador Civil em Braga. Braga, 27 de 7.bro de 1853 – o Primeiro off.al servindo de Secretário Geral – Ayres Freire de Andrade Coutinho Bandeira”.

“Cópia da Representação feita pelos habitantes da freg.^a de Bouro – Il.^{mo} Ex.^{mo} Snr. Os abaixo assinados moradores na freguesia de Sancta

Maria de Bouro do Concelho de Santa Martha de Bouro vêem-se forçados pela violência mais agravante que se lhes ordena na tirada do seu Órgão para o Sanctuário do Senhor do Monte a supplicar que tal usurpação se lhes não faça, por ser aquele Orgão um dos objectos que importa aos habitantes da freguesia direito de propriedade, e, que não é, nunca foi, e só pelo rapto clandestino será considerado pela boca da perversidade utensílio Nacional”.

“Os suhplícantes confundidos com a inesperada extinção virão-se usurpados com a tirada de diferentes objectos seus, como forão, A Custódia, O vazo do Sacrário, Hua Cruz, Caldeira de agua – benta, Thuribulo e Nabeta, A Imagem de Nossa Senhora da Conceição tudo isto de metal de prata, e cuja imagem servia todas as festas derigidas á mesma Senhora e nas procições dos primeiros Domingos de cada hum mez; seis caleces também de prata alem de dois do domínio do Convento; todos os paramentos de Damasco bordados a Ouro, das cinco cores do culto Divino – todas as Alvas destinadas para as festividades – um palio rico, e muitos outros objectos que enumerar importa hua calamidade de que os habitantes da freguesia e seus descendentes sempre se lembrarão com horrorosa indignação”.

Domingos M. da Silva, em “Entre Homem e Cávado, I, Amares e Terras de Bouro”, Amares, 1958.



RESTAURO DO CONVENTO DE BOURO

O “Bulletin des Communautés Européennes”, nº 12 – 1986, 19ème année, p.80, sancionava: « A Comunidade marcou o seu acordo sobre a escolha dos treze monumentos importantes situados no território dos Estados Membros. Os projectos considerados são: O jardim dos vestígios da Bolsa de Marselha; o Fórum Romano de Roma (antiguidades greco-latinas); a Catedral de Aix-la-Chapelle (primeiro milénio); a Abadia românica Cisterciense de Santa Maria de Bouro – Amares, em Portugal (séc. XII – XVIII); a igreja de S. Nicolau de Edam na Holanda Setentrional (séc. XV – XVII); o Mosteiro Stravonikita do Monte Athos (séc. XVI); o arsenal marítimo de Rochefort-sur-mer (Charente-maritime); a Casa dos Duques de Brabant (grande praça de Bruxelas, séc. XVII); A Casa Palaciana Castletown House de Celbridge na Irlanda; o Temple of Piety e o seu parque perto de Ripon (Yorkshire do Norte); o museu dinamarquês das artes decorativas de Copenhaga (séc. XVIII); a paisagem arqueológica e industrial de Differdange (Grão-Ducado do Luxemburgo); por fim, o Conjunto Monumental excepcional de Alhambra de Granada (séc. XI – XVI)”.

Foi esta decisão comunitária que marcou o arranque para o restauro. A visita do então Presidente da República Mário Soares, em 1986, foi considerada como que o selo definitivo da reconstrução do Convento. O preço base do concurso para restaurar a Igreja foi de 30 mil contos, tendo seis concorrentes apresentado orçamentos entre os 28 e os 58 mil contos. As obras limitavam-se à substituição do telhado, instalação eléctrica e sonora, rebocos, renovação do soalho e arranjo da estrutura da Capela mor. A empreitada era financiada pelo Orçamento do Estado. As obras foram interrompidas durante muito tempo.

A via para a transformação do velho Convento em Pousada passou por vicissitudes inúmeras. A Escritura de doação do Convento, por parte da Câmara Municipal de Amares, representada por Tomé Macedo, ao Instituto Português do Património Cultural, representado por Justino Mendes de Almeida, fez-se a 28 de Agosto de 1986, com o compromisso de o restauro iniciar em 1988. Um esclarecimento da Secretaria de Estado da Cultura dizia que, para satisfazer esta condição da doação, o IPPC lançou uma empreitada de obras de beneficiação no valor de 999.494\$00, em Novembro de 1986. Outras acções foram desenvolvidas. O projecto encomendado ao Arquitecto Souto Moura, incluído no PIDDAC/89, foi no montante de 45.234.355\$00. O projecto da recuperação da Igreja, adjudicado ao Arquitecto Humberto Vieira, PIDDAC de 1990, foi de 1.839.000\$00.

Assinado pelo Gabinete de Santana Lopes, um documento de Junho de 1992 sublinha que “o senhor Secretário de Estado da Cultura teve oportunidade de esclarecer o Senhor Presidente da Câmara de Amares de que o IPPAR recuperaria

o Convento, mas que a sua utilização como unidade hoteleira não seria aceitável por parte do Instituto, por não ser essa a sua vocação”.

Numa conferência de Imprensa, dada no Convento em 15.12.92, por Tomé Macedo, ladeado por Francisco Araújo e António Fernandes, acompanhados por Travessa de Matos, Presidente da Câmara de Vieira do Minho, o deputado socialista António Domingues Azevedo, membro da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República, declarou ter apresentado na Comissão uma proposta para a reposição da verba de quinhentos mil contos para o restauro do Convento. Estava presente a eurodeputada socialista Maria Belo, que representava ainda João Cravinho, que se comprometeu a interpelar o Parlamento Europeu e a Comissão das Comunidades sobre o que se estava a passar com o Convento de Bouro.

Houve um encontro com Santana Lopes, onde estavam presentes o Presidente da Câmara José Carlos Macedo, o Presidente da Junta de Freguesia de Bouro Santa Maria, uma personalidade do PSD ligada ao processo, o vereador Isidro Araújo e Abílio Machado. Finda a reunião, Abílio Machado dirigiu-se pessoalmente a Santana Lopes:

-Amanhã vou ter uma reunião com os responsáveis da minha Freguesia. Muito sinceramente, que lhes vou dizer?

Santana Lopes, batendo-lhe com a mão nas costas, respondeu:

-Pode ir embora, e diga-lhes que o Convento vai ser restaurado.

Numa reunião havida na Secretaria de Estado da Cultura, em finais de 1993, com representantes autárquicos de Amares, foi sublinhado que, por acordo interministerial, o Convento ia ser candidatado a Fundos Comunitários e integrado no roteiro turístico do Gerês. O arquitecto já recebera ordens para avançar com o projecto. Uma carta aparecida, naquele momento, trazia uma proposta eclesiástica de entrega dos muros aos frades bentos. Santana Lopes interrogou: “Meus senhores, em que ficamos?” Felizmente foi mantida a iniciativa em andamento.



SENHORA DO LIVRAMENTO, SENHORA DA SAÚDE, S. BENTO

Há na freguesia as Capelas de Nossa Senhora do Livramento em Dornas, que dispõe de paramentos próprios e alfaías de culto, N. Senhora da Saúde em Lordelo e S. Bento em Paradela.





SENHORA DA ABADIA

“Pouco mais de meya legoa do rio Cavado para o Norte na mesma Freguesia de Santa Martha de Bouro, em hum reconvexo, pelo qual se despenhaõ dous ribeiros de huma alta serra, em hum lugar solitario, e pouco capaz de cultura, houve antigamente hum Mosteiro de Monges Bentos, cujo principio, ou fim não sabemos, mas parece o assolaõ os Mouros; ou ficaria desamparado por falta de sustento, como a muitos tem succedido. Ficaraõ poucas ruinas deste Convento, mas vivendo o Conde D. Henrique havia alli huma Ermida do Arcanjo S. Miguel, em que assistia hum Ermitaõ, ou Monge Bento de exemplar vida. Faleceo de parto de huma filha Dona Munia, Dama que havia sido da Rainha D. Theresa, e mulher de Payo Amado, que era da geraçaõ dos Coelhos por Don Egas Moniz, como dizem muitos. Foy tal o sentimento deste fidalgo vendo-se viuvo, que dando de mão ao mundo, se recolheo de Braga a este monte, a acompanhar o Ermitaõ em serviren a Deos; pedio-lhe o aceitasse em sua companhia, o que alcançou dele, vestindo-lhe hum habito grosseiro semelhante ao que trazia: continuaraõ em suas devoçoens, e penitencia com igual fervor; e sahindo uma noite Payo Amado fóra de cella, vio no valle abaixo donde estavaõ, tiro de arcabuz, huma grande claridade, de que deu parte ao Mestre, e na seguinte noite a vigiaraõ ambos; vendo-a segunda vez, demarcaraõ o lugar, em que se deixava ver. Ao outro dia indo alli, acharaõ huma fermosa imagem de Nossa Senhora de mediana grandeza obrada em pedra: mudaraõ-se para qquelle novo sitio, aonde fizeram por suas maõs outra Ermida, em que a collocaraõ; atègora nunca levou pincel, nem recebe nova tinta: appellida-se Nossa Senhora da Abadia, invocaçaõ que tomou dos Abbades Bentos, que alli viviaõ em comunidade com mais Monges; pois na anno de 1107 sahiraõ daqui três para ajudarem a povoar o novo Mosteyro de Rendufe, e tendo por indubitável, que este Ermitaõ era religioso de S. Bento. Foraõ tantos os milagres, que a Senhora da Abadia obrou, que o Arcebispo que era entaõ de Braga nam só lhe fez mayor Igreja, mas a proveo de bons ornamentos; augmentou-se de Eremitas, ou religiosos, e falecido o primeiro Abbade Ermitaõ, lhe succedeo Payo Amado, e a este Dom Nuno, a quem ElRey Dom Affonso Henriques, vindo a este Mosteiro, fez Couto, e deu a Villa, e Igreja de Santa Martha de Bouro no anno de 1148.”

Em “COROGRAFIA PORTUGUEZA”, P. António Carvalho da Costa.



AQUI EM FRENTE
SE EXAMINOU, A 17 - VIII - 1953,
A SEPULTURA DE
D. PRIO AMADO.
TINHA ESTA PEDRA AOS PÉS.



O CENÓBIO DE S. MIGUEL

S. Miguel foi sempre considerado no Novo Testamento como patrono especial dos cristãos no oriente e venerado. Os gregos afirmam o seu culto a partir do século I. S. Martinho Dumiense (518- 580), no livro “De Correctione Rusticorum” corrige práticas idolátricas e supersticiosas substituindo-as por outras cristãs. S. Miguel, que no Apocalipse aparece como Príncipe da Milícia Celeste em combate com o demónio, surge em vez de Marte, o deus romano da guerra.

Considera-se a origem religiosa, na Senhora da Abadia, a partir do Monte de S. Miguel. Ali estiveram os romanos, posto que no local apareceram *tegula*, *imbrex* e um *dolium*, segundo Arlindo Ribeiro da Cunha. Supõe-se que outrora tivesse sido um posto de vigilância e sinalagem. Situado entre a Geira e a estrada romana de Chaves, que, em frente era vigiada pelo alto de S. Mamede, o Monte de S. Miguel tinha valor militar estratégico.

A ermida prestava culto a S. Plácido e S. Jerónimo, além de S. Miguel, cujas estátuas, além da do anjo, foram retiradas para o Museu da Abadia. Foi S. Bento (490 – 543) ou fundador ou organizador do monaquismo ocidental. S. Plácido (? – 548) foi discípulo predilecto de S. Bento e grande propagador da regra beneditina. S. Jerónimo (345 – 420 ?) foi eremita na gruta de Belém.

Posto que o primeiro Mosteiro da Montanha era de fracos recursos agrícolas, somos levados a pensar que o lugar de Paradela de Frades, de difíceis acessos para a planície, fizesse parte da área do Mosteiro sucedâneo do cenóbio. O facto da erecção, naquele Lugar, da ermida a S. Bento, mais um cenobita, pode ser disso uma prova razoável.

Fr. Gregório Argaez, em “Población Eclesiástica de España”, (cit. por Arlindo Ribeiro da Cunha) diz que houve em S. Miguel um cenóbio regular da regra de S. Basílio, pelo menos desde o século VI. Fala de dois servos de Deus que viveram e morreram em santidade antes da invasão muçulmana. Um deles terá sido S. Maurício, que faleceu em 527 e foi trasladado para Cartagena. O outro foi S. Deolo, que terá morrido em 562.



“O céu límpido, a temperatura já agradável, e sem vento, aconselhavam a continuar o passeio até S. Miguel. Deixei a Lapinha à esquerda, tomei à direita em direcção à encosta que conduz ao Bom Jesus da Paz, no cocuruto penhascoso de S. Miguel.

Caminhando para sul, conforme ia subindo, mais variada era a paisagem e mais vista se perdia no vale ubérrimo do Cávado. Uma avançada mais, e estava na penha de S. Miguel, agora também do “Bom Jesus da Paz”.

Subi os degraus do pedestal e estava então no ponto mais elevado do Monte. A imagem é de bom mármore, a estatura proporcionada ao local e bem lançada. Cobre-a um manto que lhe desce até aos pés e que, passando por baixo do braço esquerdo, é apanhado e preso pelo cordão que lhe cinge a cintura. O semblante é emoldurado em espessa cabeleira que lhe desce sobre os ombros e traduz uma suave expressão de bondade a condizer com a “paz” de que a fizeram padroeira.

E nestes tempos conturbados, cheios de ódios, cheios de ambições, bem necessário se torna que se chame pela paz, pela verdade, pela justiça!

Voltei-me para oeste. O sol iluminava em cheio todo o horizonte e o céu apresentava diáfana limpidez. Lá ao longe, as águas do mar, reflectindo a luz do sol, deixavam observar perfeitamente o doce marulhar das ondas buliçosas. A paisagem dava a impressão de um ondulado manto de verdura encimado por uma coifa de prata doirada; e o rio, correndo preguiçosamente para o mar longínquo, semelhava o alamar que apertava as duas orlas do manto. Era um quadro da mais fascinante beleza, envolvendo-me numa inebriante suavidade que parecia infiltrar-se até ao mais íntimo do meu ser, e que me fazia gozar inefáveis delícias, como se me visse transportado a um paraíso de dulcíssimos enlevos”. (Fevereiro de 1951)

P. Francisco Antunes de Almeida, em “O Ressurgir da Abadia”, 1958.



O ÓRGÃO E A CARRANCA

Quando o órgão toca, a Carranca mexe os lábios. Chamar a uma pessoa “Carranca da Abadia” não é elogio nenhum. É comum encontrar nos órgãos dos Mosteiros Cistercienses uma figura que marca o compasso das obras que o organista executa. Na Igreja do Mosteiro Cisterciense de Tarouca, uma figura masculina, sensivelmente na mesma posição da Carranca da Abadia, marca o tempo com a mão e mexe os lábios. A Carranca é accionada através do mesmo ar vindo dos foles para os tubos do órgão.



O PÚLPITO E O RELÓGIO DE SOL

O púlpito é um monumento erigido à Palavra. O relógio de sol consagra o Tempo.

O Santuário da Senhora da Abadia conhece duas antigas grandes festas anuais: A Festa da Goma, no Domingo de Pascoela, é a verdadeira celebração de Nossa Senhora da Alegria, na qual se abençoam os rebentos da Primavera, que já surgiram para a vida. A romaria de Nossa Senhora da Assunção, no 15 de Agosto, com bandas filarmónicas em despique, a tocarem nos coretos, e a mocidade de todas as idades bailando ao som das músicas tradicionais, depois do jejum sacrificado vivido nos quartéis para se assistir à novena.

Do cimo deste cálice, que uma coluna do Templo não impedia de vibrar, muitos discursos inflamados, temperados na boa arte oratória, acenderam nas almas a chama do infinito. Ouçamos esta sonoridade proferida no Templo a 19 de Abril de 1909.

“Senhores! Nesta jornada cruciante da vida, em que os sentimentos mais nobres do homem, quais rosas desfolhadas pelos vendavais das paixões, estão aviltadas, em que a humanidade se gladia em lutas ignominiosas, ateadas pelo ódio, é um dever, é uma necessidade imprescritível fazer ressaltar as prerrogativas da Santíssima Virgem, porque, sendo Mãe de Deus, só Ela pode salvar a sociedade do abismo, cujo sorvedoiro hiante se cava a seus pés!

Maria é a estrela que no céu, por vezes tenebroso de nossa existência resplandece meiga e sedutora, guiando nossos passos pelo estreito trâmite por onde só passa a virtude e por onde só seguem as almas que desprezam os prazeres do mundo! É a esperança aurifulgente, que no horizonte do porvir nos sorri cativante, dulcificando-nos as agruras da vida, e estimulando-nos a prosseguir na titânica luta que conduz à bem-aventurança. É mais bela de que a aurora dum dia primaveril, em que o mavioso gorgueio dos passarinhos se casa com o murmúrio da brisa que agita brandamente a ramagem, em cujas folhas se baloiçam miríades de pérolas de orvalho. É o porto de salvamento onde anseia abordar o crente que navega no mar revolto da vida!”

(P. Francisco de Almeida, Sermão de Nossa Senhora).

Não é fácil dizer melhor de uma grande Mulher.



ESMOLA PARA AS OBRAS DA SENHORA DA ABADIA

“Tibúrcio, mais conhecido por “alferes de Cima de Vila” encontrou João Veríssimo no caminho da Igreja, para onde ia assistir à missa. Abraçou cordialmente o mestre do seu filho Jerónimo, e quis saber que novidade o levava a Rendufinho.

- A falar com Vossemecê sobre uma obra de caridade.
- Alguma esmola para as obras da Senhora da Abadia?
- Não, senhor, eu não peço para obras de pedra; venho pedir para o edifício de uma alma”.

Em “O Demónio do Ouro”, de Camilo Castelo Branco.





O PADRE FRANCISCO DE ALMEIDA

“O Padre Francisco Antunes de Almeida, perante cuja memória me curvo com respeito e saudade, foi na realidade, no tempo dele um membro especial do clero.

Sacerdote desde os tempos da proclamação da República, leal e dedicado membro da Igreja, aliou sempre, até ao fim da vida, que foi longa, a sua fé cristã ao apostolado da emancipação do homem, através quer da prática do civismo e da solidariedade, quer através da sua dedicação ao ensino”.

“Desde 1945 que o vi presente em todos os movimentos ou manifestações de oposição ao Salazarismo, em defesa constante dos princípios da liberdade, democracia e solidariedade humana.

Tão dedicado era a esta causa e ao incitamento dos mais novos para prosseguirem a luta que lhe foi consumindo as forças nessa travessia do deserto, vida inteira sob o fardo do fascismo Salazarista, que ao dobrar os noventa anos os seus correligionários e amigos, creio que em 1969, lhe prestaram pública homenagem num dia quente de Agosto, à sombra do convento de Bouro (Sta. Maria), que ele habitara por muitos anos, e onde por vezes chegou a albergar amigos perseguidos pela polícia política (P.I.D.E.). Eu próprio me socorri aí do seu amparo, em Junho de 1960”.

Victor de Sá, em “Contra a Corrente” de Adelino Domingues, Amares 2000.



BANDA FILARMÓNICA DE SANTA MARIA DE BOURO – AMARES

A Banda Filarmónica de Santa Maria de Bouro nasceu à sombra do velho Convento Cisterciense, hoje pousada da ENATUR, sediado naquelas terras que constituíram o velho Couto de Bouro. As primeiras notas de música aprenderam-nas os jovens apaixonados nas aulas do Padre António Carlos Pereira, pároco da freguesia de Ajude, do outro lado do Cávado. Fundou a Banda e foi seu primeiro Regente Manuel José da Silva Fecha, em 1858. Pelo número de peças musicais em arquivo com a assinatura do Fundador, apercebemo-nos do investimento feito na Banda durante a sua regência.

O Padre Francisco de Almeida, republicano e antifascista nascido em Bouro em 1880, fala-nos assim do seu professor primário, que viria a substituir em 1928: “Manuel Gomes Ferreira foi colocado nesta escola por concurso e dedicava-se também à arte musical. Como em Bouro havia Filarmónica, logo tratou de se inscrever como componente da Banda de Música. No Verão, principalmente aos Domingos, sempre se lhe oferecera oportunidade de, à custa de duas clarinetadas, angariar mais uns tostões que sempre lhe dariam para uma merenda bem regada, de que ele parecia gostar”. Esta referência mostra-nos o interesse e a pujança desta Banda nos finais do século XIX e princípios do século XX.

A Banda de Bouro até 1963 prestou um contributo notável à cultura popular e religiosa, sobretudo no Distrito de Braga. A sua presença era usual nas festas de S. João de Braga. Mas as romarias da Senhora da Abadia, de S. Bento da Porta Aberta e da Senhora do Porto d’Ave eram palco contínuo das suas actuações. O Sargento António Ribeiro, também compositor, natural de Bouro, nas suas “Memórias”, diz-nos que enquanto ia esperando pela idade de ir para a tropa aprendeu música em clarinete, e ao fim de um ano estava apto a tomar parte nas festas com a Banda de Bouro. Isto em 1933. Relata-nos que a Banda executou em 1934 em Gualtar “O Rancho Grande” além de músicas populares e rapsódias.

Em 1940, encontramos a Banda regida por José Maria de Sousa. Mas dois Maestros foram notáveis no período que antecedeu a letargia da Banda, em 1963. Foram eles Francisco Arantes e Artur José Soares. O período de forte imigração contribuiu para o abandono da Banda, assim como o regresso ajudou à sua reconstrução. Os músicos dispersaram-se pelas Bandas vizinhas. Correspondendo a um anseio popular, José Amorim, Carlos Machado e João Baptista da Silva reactivaram a Banda com escritura pública de 25 de Outubro de 1999. Edmundo Soares ensinou novos músicos e regeu a Banda.

Um vasto património musical permanece em arquivo. Boa parte do velho instrumental em afinação brilhante figurará no futuro museu. Novo instrumental foi adquirido graças a sócios e benfeitores.



À NOBRE VILA DE BOURO

*Minha terra, meu encanto,
Paraíso, meu tesouro,
Não sei porque te amo tanto,
Oh nobre Vila de Bouro!*

O teu povo é peregrino
Dos montes em romaria.
Bouro é letra de um hino
À Senhora da Abadia.

Quer teu povo que o mantenha
O milho feito farinha,
Triturado na azenha,
Onde a água se detinha.

Mondadeiras debruçadas
Afiavam com carinho
Essas ervas dedicadas
Aos brancos panos de linho.

Foste frade, foste monge,
Hoje descanso e Pousada.
De bem perto ou de longe
És a terra procurada

Restaurante ou estalagem
Ou os dois de quando em vez,
Ainda és a paragem
A caminho do Gerês.

Quem lá passa já não perde,
Porque sempre se arranja,
Um copo de vinho verde
Ou um sumo de laranja.

Foste terra de olival,
De frescura um deleite.
Ai que bom era migar
O pão quente com azeite.

A cantar a faina é feita
Como sempre se fazia.
O teu povo se deleita
Ao som da filarmonia

Adelino Domingues

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, P. Francisco Antunes de – O Ressurgir da Abadia, 1958, Edição do autor.
- Camilo Castelo Branco – O DEMÓNIO DO OURO, Romance original em 2 volumes.
- Carvalho da Costa, P. António – COROGRAGIA PORTUGUEZA, 1706, reedição de 1889, em Braga.
- Cocheril, Dom Maur – ROUTIER DES ABBAYES CISTERCIENNES DU PORTUGAL – Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris 1978.
- Cunha, D. Rodrigo da – História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga - II, Fac Sim. de José Marques, Braga 1989.
- Dias, José Ribeiro - EM LOUVOR DO MOSTEIRO CISTERCIENSE DE SÃO JOÃO DE TAROUCA, Edições Fluir, Vila Verde 2001.
- Leitão, Armando F. – O MOSTEIRO DE SALZEDAS, 3ª edição, Salzedas 1992.
- Lopes de Oliveira, A. – TERRAS DE BOURO – Edição da Câmara de Terras de Bouro.
- Mota, Salvador Magalhães – O SENHÓRIO CISTERCIENSE DE STA. MARIA DE BOURO: Património, propriedade, exploração e produção agrícola (1570 – 1834), Porto 2000, inédito.
- Oliveira Martins – A VIDA DE NUN' ÁLVARES, Guimarães e C.ª Editores, Lisboa 1955.
- Osório da Nóbrega, Artur Vaz – PEDRAS DE ARMAS E ARMAS TUMULARES, Vol. III, Concelhos de Terras de Bouro e Amares, Junta Distrital de Braga, 1973.
- Pereira Neves, Dr. Vítor M. L. – AS ALDEIAS HISTÓRICAS DE MONSANTO, IDANHA-A-VELHA E CASTELO-NOVO, Lisboa 1996 (Edição do autor).
- Reis, Frei Baltasar dos – BREVE RELAÇÃO DA FUNDAÇÃO E ANTIGUIDADE DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SALZEDAS, Edição da Igreja Paroquial de Salzedas, Setembro 2002.
- Reis, Frei Baltasar dos – LIVRO DA FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE SALZEDAS – Edição da Igreja Paroquial de Salzedas, Setembro 2002.
- Ribeiro da Cunha, Padre Arlindo – SENHORA DA ABADIA – Barcelos 1951, Edição da Confraria de N.S. da Abadia.
- Silva, Domingos da – MONOGRAFIA DE ENTRE HOMEM E CÁVADO, Amares 1958.
- Silva, Domingos Maria da – OS BÚRIOS – Terras de Bouro 1988, Edição da Câmara Municipal.
- Sousa, José João Rigaud de – MOSTEIROS DO CONCELHO DE AMARES, Minia, Braga, 2ª série, 2(3) 1979.

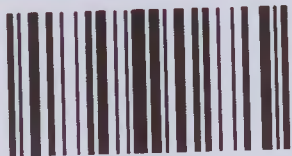
ÍNDICE

À guisa de prefácio.	4
Elevação de Bouro Santa Maria à categoria de Vila.	7
Bouro na rota dos Suevos.	10
O Concelho de Santa Marta de Bouro.	13
A freguesia de Santa Maria de Bouro.	15
O lugar dos mortos e o lugar dos vivos.	17
A fonte do Portozinho e o Cruzeiro.	18
Os Comendatários, na Idade Média.	19
Templários em Bouro?	21
O Couto Cisterciense de Bouro.	23
A Ribeirinha.	26
Bravura de quem queimou o frade e os outros.	27
As estátuas.	29
A vida conventual.	30
A sacristia.	33
Os conversos na economia do mosteiro.	35
Lagares de azeite.	36
A Casa da Renda.	37
Moinhos e azenhas.	38
O demónio do ouro.	39
O processo de extinção.	40
O órgão do Mosteiro de Bouro.	41
Restauro do Convento de Bouro.	43
Senhora do Livramento, Senhora da Saúde, S. Bento.	46
Senhora da Abadia.	48
O Cenóbio de S. Miguel.	50
O órgão e a carranca.	54
O púlpito e o relógio de sol.	55
Esmola para as obras da Senhora da Abadia.	57
O Padre Francisco de Almeida.	59
Banda Filarmónica de Santa Maria de Bouro.	60
À Nobre Vila de Bouro.	62
Bibliografia.	63

ÍNDICE DAS FOTOGRAFIAS

Bouro Santa Maria no início do século XX	Capa
Vista panorâmica da Vila de Bouro	8
Ara votiva	12
Vista panorâmica do Mosteiro de Santa Maria de Bouro	16
Mosteiro de Santa Maria de Bouro no início do século XX	17
Fonte de Portozinho	18
Cruzeiro de Bouro	18
Símbolo da Ordem dos Templários	21
Símbolo da Ordem dos Templários	22
Único marco conhecido do antigo couto	24
Cruzeiro do couto	25
Vista do Castelo da Póvoa de Lanhoso	28
Estátuas da fachada da Pousada de Santa Maria do Bouro	29
Antigo dormitório do Mosteiro de Santa Maria de Bouro	32
Azulejos da sacristia da igreja do Mosteiro de Santa Maria de Bouro	34
Mosteiro de Santa Maria de Bouro em ruínas	35
Lagar de azeite da Sra. da Abadia	36
Lagar de azeite da Sra. da Abadia	36
Casa da Renda	37
Azenha no rio Cávado no lugar do Adegueiro	38
Bouro Santa Maria no início do século XX	39
Órgão do Mosteiro de Santa Maria de Bouro actualmente no Santuário do Bom Jesus do Monte	42
Recinto Interior da Pousada de Santa Maria do Bouro	45
Cozinha conventual transformada em sala de jantar (Pousada de Santa Maria do Bouro)	45
Capela de Nossa Senhora do Livramento (Dornas)	46
Altar da Capela de Nossa Senhora da Saúde (Lordelo)	47
Altar da Capela de S. Bento (Paradela)	47
Imagem da Senhora da Abadia	49
Pedra da sepultura de D. Paio Amado	49
S. Miguel	51
Monte de S. Miguel	51
Imagem de S. Jerónimo	53
Imagem de S. Plácido	53
Órgão da Igreja da Abadia	54
Carranca da Abadia	54
Púlpito da Igreja da Abadia	56
Relógio de Sol	56
Brasão da Ordem de Cister (Abadia)	57
Santuário de Nossa Senhora da Abadia	58
Busto do P. Francisco Antunes de Almeida	59
Banda Filarmónica de Santa Maria de Bouro saiu de novo à rua	61
Estátua de D. Afonso Henriques	Verso da Capa

Acabou de se imprimir na Gráfica Vilaverdense, Artes Gráficas Lda.
Vila Verde, a 12 de Agosto de 2005.



10211

DEP
908

A